

O CAMPO DAS POSSIBILIDADES: TEXTO, DOCUMENTO E EXISTÊNCIA

ANTONIO CARLOS AMADOR GIL¹

Este artigo coloca uma questão sempre presente na discussão dos possíveis objetos de trabalho para o historiador. Que relações podem ser estabelecidas entre a história e a literatura? Qual o lugar reservado à literatura nos quadros do saber ocidental? A “Nova História”, a História das Mentalidades, tentam resgatar novos objetos entre os quais a literatura, o que tem possibilitado a ampliação do campo de documentalidade e crítica histórica².

O texto literário em seu trajeto histórico dentro da cultura ocidental nasce ligado à historiografia: a literatura mesclava-se ao texto tido como histórico de forma pouco nítida no que tange à separação das duas áreas. No século XV a historiografia vai progressivamente se distanciando da literatura, o que é feito sob a égide da objetividade que, pensava-se, haveria de caracterizar a história como ciência, racionalidade, sistema e a literatura como frivolidade, mentira, falseamento do real.

Nosso trabalho tem como objetivo analisar as relações entre o texto literário e a história, ou seja, tentaremos discutir o aparecimento do critério de subjetividade em contraposição à objetividade dos discursos. Seria a literatura um simples falseamento do real que implicaria na não possibilidade da utilização do seu texto enquanto documento? A literatura e o seu texto podem ser analisados enquanto documento histórico?

1- Subjetivo/objetivo: dois tipos de representação do real

No período medieval, o texto literário mesclava-se ao texto tido como histórico sem que houvesse uma demarcação nítida entre história e literatura. O homem medieval não fazia nenhuma distinção, ambos os textos eram considerados verdadeiros, desde que não se opusessem às verdades religiosas.

Essa atitude perante os textos partia do pressuposto de que a verdade estava inscrita nas coisas e fenômenos, que seriam descritos de uma maneira impessoal,

cujo objetivo maior era narrar o que tinha acontecido no decorrer do tempo. A escrita estava a serviço do memorável. A crônica medieval era um exemplo disso, na medida em que os reis mandavam compor a narrativa dos feitos humanos dignos de serem lembrados, que eram incontestáveis.

Isto começa a mudar a partir do momento em que a instância subjetiva passa a adquirir importância. A partir do século XIV podemos perceber a valorização da subjetividade como meio de indagação da verdade. Jacques Le Goff em sua análise sobre o nascimento do purgatório³ analisa as razões de seu surgimento no mapa da geografia celestial. Este novo território é uma construção em que a Igreja reconhece na subjetividade dos fiéis uma possibilidade de pressão para a salvação das almas.

O desenvolvimento dessa instância subjetiva pode ser constatado na mudança de atitudes perante o discurso historiográfico. O cronista deixava de ser um coletor de dados e passa a interpretar e a julgar os documentos. A palavra escrita deixou de ser incontestável pelo fato de estar escrita. Surge então a figura do historiador que se preocupa com as fontes e a pesquisa.

Essa preocupação com a verdade, já não mais vista como simples testemunho da vontade divina, mas como fruto de uma pesquisa feita por um sujeito que se pretende ao mesmo tempo imparcial e fiel à verdade dos fatos do passado é fruto do aparecimento da subjetividade como critério oposto ao da objetividade. O saber histórico então, reservava para si o domínio da verdade enquanto que à literatura estava reservado um lugar bem menos ilustre: o texto literário mentiria o real, porque incluía o seu operador como matéria observada, ou seja, o texto literário tinha como evidência o sujeito operador incluso no seu próprio âmbito de produção, o que a história refutou, veementemente. Esta relação do sujeito operador com o seu objeto constitui até hoje um problema relevante não apenas da história, mas de todas as ciências humanas.

Tanto a história como as outras ciências humanas vêem o sujeito paulatinamente como coisa, número não individualizado, coletivo, classe ou grupo no mínimo, coisa individualizável mas não individualizada⁴. A literatura tem apresentado um movimento no sentido inverso na medida em que o ponto de partida é o próprio sujeito.

Esta macro-visão do movimento da história e da literatura obviamente não dá conta da totalidade do problema das relações entre elas, mas define a sua base principal.

É interessante ressaltar que antes da demarcação de fronteiras entre as diversas ciências humanas que se consolidaram durante o século XIX, a história praticada no século XVII e mesmo no século XVIII era considerada, segundo Neal Johnson⁵ um gênero literário no sentido de que era necessário agradar tanto quanto instruir. A historiografia desse período ainda estava repleta de relatos fantasiosos não baseados em fontes documentais. Um dos livros de História mais lidos na França no século

XVIII “De l’usage de l’histoire”, de Saint-Réal, preconizava uma história repleta de belos efeitos dramáticos. As novas teorias que se desenvolviam nesse período e que preconizavam uma história “moderna”, crítica e bem documentada ainda não tinham se tornado dominantes e havia portanto uma grande defasagem entre estas teorias e a prática histórica do período.

2- Literatura e existência: o que não aconteceu.

...”a única razão de ser do romance é dizer aquilo que apenas o romance pode dizer”...⁶

— MILAN KUNDERA

Se o sujeito operador no texto literário está incluso no seu próprio âmbito de produção como matéria a ser observada, que relações com a História podem ser estabelecidas? A literatura mente o real, ou o texto é o “fulgor do real”? O texto literário é o acontecimento do real ou o lugar do seu não-acontecimento?

Estas questões são fundamentais para compreendermos a natureza das relações entre história e literatura. Digamos que a especificidade do texto literário está ligada à história do homem e da sua existência, enquanto que a historiografia está ligada à história da sociedade. Para aclararmos esta relação, podemos analisar a entrevista de Milan Kundera com Christian Salmon da revista nova-iorquina *Paris Review* sobre a arte do romance⁸.

Encontramos na obra de Milan Kundera muitos acontecimentos políticos, que fazem com que seus romances sejam situados num tempo preciso e perfeito. Christian Salmon pergunta à Kundera o que o romance pode dizer de específico sobre a história e sua resposta é plena de significado. Primeiramente ele ressalva que não se deve confundir o romance que examina a dimensão histórica da existência, do romance que é a ilustração de uma situação histórica, ou seja, uma historiografia romanceada. As circunstâncias históricas de seus romances são tratadas com uma economia máxima e não é necessário conhecer a história da Tchecoslováquia para compreender os seus romances. Tudo que é necessário saber, o próprio romance diz. Milan Kundera trata, em seus romances, de acontecimentos que são muitas vezes esquecidos pela historiografia. Os seus romances tentam resgatar a existência do homem nos pontos em que a historiografia não a registrou, ou seja, o texto literário pode captar o que a história não capta.

Citemos um dos exemplos de Kundera::

.. “nos anos que se seguiram à invasão russa da Tchecoslováquia em 1968, o terror contra a população foi precedido por massacres, oficialmente organizados, de cachorros. Episódio totalmente esquecido

e sem importância para a maioria dos historiadores e para os politicólogos, mas de um supremo significado antropológico! Não foi senão por esse único episódio que sugeri o clima histórico de *La Valse aux adieux*...”⁹

Outros exemplos poderiam ser dados, como, por exemplo, os tipos de cueca daquele período. Em *“La vie est ailleurs”*, um personagem foge numa ocasião erótica, temendo ficar ridículo de cueca, porque naquela época não se encontravam boas cuecas, mas somente um único tipo cujo formato era deselegante e feio.

Kundera resgata uma circunstância esquecida, a deselegância, mas que é importante para a história da mentalidade de um povo que vivia sob um regime onde havia poucas opções de consumo e pouca liberdade de expressão.

Kundera cria novas situações existenciais para seus personagens a partir das circunstâncias históricas. E aí chegamos a um ponto importante pois é preciso compreender o que representa o romance. O romance não examina a realidade mas sim a existência.

O historiador conta acontecimentos que se passaram, “a existência não é o que aconteceu, a existência é o campo das possibilidades humanas, tudo aquilo que o homem é capaz”¹⁰. Por isso, precisamos compreender o personagem e as situações do romance dentro de um campo de possibilidades. Os personagens kafkianos não representam o real mas uma possibilidade extremada e não realizada desse real. A literatura, independente de ser estruturada de uma forma fantástica, como podemos constatar na literatura latino-americana, apreende uma possibilidade de existência e nos faz ver o que somos e de que somos capazes. Para a literatura não importa se a possibilidade da existência expressa num romance nunca se transforme em realidade, isto é secundário, por isso o texto literário é o não-acontecimento do real, lugar das possibilidades da existência.

3- Texto/documento: o campo das possibilidades

...“Uma teoria pode ser testada pela experiência, mas não há nenhuma maneira de, a partir da experiência, estabelecer uma teoria”...

— EINSTEIN

Esta epígrafe nos permite analisar não só as relações entre a teoria e a experiência, mas também as relações entre teoria e documento no campo da história. A teoria tem um lugar importante na medida em que opera como um sistema de filtragem. Na multiplicidade dos documentos que o historiador se depara durante sua pesquisa, o seu referencial teórico juntamente com suas hipóteses de trabalho lhe permitem dar respostas a problemas e sugerir novas observações e/ou experiências,

além de fazer um corte documental dentro da infinitude da documentação. Sabemos também que, o documento em si, não permite uma teorização a partir dele mesmo, uma vez que o documento é uma produção que está carregada de subjetividade.

Esta discussão teve um papel importante na renovação dos estudos históricos na medida em que a teoria e a crítica históricas passaram a partir, desde então, do pressuposto de que o uso do documento afeta a própria natureza do documentado. Nenhum documento é portador de uma imparcialidade ou neutralidade, uma vez que a história é fruto de uma luta de classes. Neste sentido, podemos constatar a afirmação de várias histórias: a “história oficial”, a “história dos vencidos”, e assim por diante.

O documento é passível de ter várias interpretações que dependem do ponto de vista pelo qual o documento é analisado. Não entraremos aqui na discussão específica das relações entre o documento e a história, o que por si só pode ser objeto de longas discussões, mas estamos interessados aqui na análise das relações entre a literatura, enquanto documento ou não, e a história. Contudo é importante que reiteremos que os documentos representam o primeiro material com que o historiador tem que se preocupar. Os historiadores, a partir da articulação que venham a fazer dos documentos, elaboram suas linhas interpretativas conscientemente ou não. A problematicidade da tarefa do historiador está exatamente no como interpretar os documentos.

Na crítica e no estudo da literatura, até bem pouco tempo, fruto ainda dos princípios cientificistas do positivismo, acreditava-se que a análise da época, do autor e das influências que recebeu e mesmo os seus íntimos detalhes biográficos fossem capazes de dar conta da análise da obra literária. Os críticos literários e os historiadores da literatura se emaranhavam na análise diacrônica da sociedade, na qual o autor e a sua obra eram vistos como frutos da sociedade e onde a literatura era considerada como um mero reflexo. Este modelo de análise se desenvolveu com grande força durante o século XIX e inícios do século XX, mas apesar deste modelo ter atualmente perdido o seu prestígio, ele não desapareceu da prática dos eruditos.

Este modelo histórico-positivista se caracterizava pela ordenação diacrônica do fato literário, que era entendido como documento de uma época, de um Estado, de uma nação, etc. Esta maneira de tratar o texto literário está ligada ao fato de que o estudo da literatura se legitimara a partir do momento em que era considerado como expressão dos “Estados Nacionais”. Atualmente se privilegia a análise interna do texto literário em detrimento das descrições temporais, do meio e do autor. É importante ressaltar que não é descartada a importância de documentar a época em que certo autor viveu, e as influências que recebeu, mas o mais importante é o que diz a obra em si. Esta mudança de atitude perante a análise da obra literária está ligada à mudança do papel e da função da literatura na época contemporânea.

Baudelaire, o surrealismo, o dadaísmo demoliram o papel da literatura, que era o lugar dos bons sentimentos e da virtude, símbolo da cultura, e reforçaram a sua função negativa e incômoda perante a sociedade. A literatura e o seu texto caminham por espaços vários e discordantes.

A obra de Antonio Candido - "Formação da Literatura Brasileira"¹¹ - foi redigida entre 1945 e 1951. Esta obra historicamente datada nos permite perceber que dentro do modelo histórico diacrônico de exposição dos textos literários, Antonio Candido já demonstrava no prefácio de sua segunda edição, que a sua preocupação maior estava ligada à análise da obra como "uma entidade autônoma no que tem de especificamente seu"¹². Não considera a obra como produto do meio, como seu reflexo, contudo pretende analisar as suas relações com a cultura e a sociedade.

O texto literário deixa então de ser analisado como um mero reflexo de sua época para ser tratado de acordo com a sua lógica interna. O texto literário deixa de ser entendido como documento, isto implica que o texto não documentaria o modo como o autor haveria sido em certa fase, assim como a análise biográfica não documentaria o verdadeiro sentido de alguma passagem ambígua. A literatura e o seu texto enquanto campo de possibilidades da existência do homem, como lugar do não-acontecimento, não concede foros de verdade àquilo que declara.

Este caráter não documental da literatura não significa que o texto literário não possa ser usado como documento. A princípio esta afirmação contraditória pode parecer absurda, contudo ela encerra uma das questões mais fundamentais para a relação entre a literatura e a história.

Quando afirmamos que o texto literário tem um caráter não documental, não queremos dizer que a literatura não se contamina com a realidade, não queremos dar à literatura o caminho de ficção enquanto não-realidade. Pelo contrário, a literatura e o seu texto estão impregnados pela realidade, fazem parte desta realidade. Roland Barthes, no seu texto "Aula" define de uma maneira belíssima a literatura:

... "a literatura, quaisquer que sejam as escolas em nome das quais ela se declara, é absolutamente, categoricamente realista: ela é a realidade, isto é, o próprio fulgor do real"...¹³

Na verdade, como diz Roland Barthes, a literatura é a realidade. Quando afirmamos que o texto literário não se apresenta como documento, testemunho do que houve, é porque nele se mescla o que poderia ter acontecido, se mesclam os desejos, as possibilidades.

A literatura não expressa os acontecimentos que se passaram, mas a existência do homem. No texto literário se inscreve a história viva, ele capta o que a história não capta, é neste sentido que a literatura pode ser usada como documento. Não é sem razão que a Nova História que se preocupa com as mentalidades, tem reservado um lugar especial para as artes, entre elas a literatura.

4- Corrupção, desmandos: as veias do poder

“Meu amiguinho Grildrig, fizestes o mais admirável panegírico do vosso país; provastes à sociedade que a ignorância, a ociosidade e o vício são os ingredientes adequados à qualificação de um legislador; que as leis são melhor explicadas, interpretadas e aplicadas por aqueles cujo interesse e habilidade consistem em as perverter, confundir e iludir. Observo entre vós alguns traços de uma instituição que poderia ter sido, originariamente tolerável, mas cuja metade está quase apagada, ao passo que o resto foi inteiramente obliterado e borrado pela corrupção. Não transparece, em quanto dissestes, que se exija uma única perfeição para que alguém atinja uma posição qualquer entre vós; e muito menos que os homens sejam enobrecidos em razão da sua virtude; que os sacerdotes sejam promovidos pela piedade ou pelo saber; os soldados, pelo procedimento ou pelo valor; os juizes, pela integridade; os senadores, pelo amor à pátria; os conselheiros, pela sabedoria. Pelo que vos toca”, prosseguiu o rei, “a vós, que passastes viajando a maior parte da vossa vida, inclino-me a pensar que tendes até agora, escapado a muitos vícios do vosso país. Mas, pelo que depreendi do vosso próprio relato e das respostas que tão penosamente arranquei e extraí de vós, não posso menos de concluir que a grande maioria dos vossos semelhantes é representada pela mais perniciosa raça de pequenos e odiosos insetos que a natureza já permitiu rastejassem na superfície da Terra.”

— JONATHAN SWIFT, *Viagens de Gulliver*

Relacionar ordem política com a literatura significa propor uma reflexão bastante difícil na medida em que são dois campos que possuem características muito diversas. Partimos do pressuposto, isto hoje é sabido, de que “a ordem política constitui um exercício de relações infinitas entre estruturas sociais e subjetividade individual”¹⁴. Acreditamos ser possível, apesar das dificuldades, chegar às mentalidades, região sombria do conteúdo social através da literatura. Relacionar ordem política e literatura é importante no sentido de clarear o terreno obscuro e cheio de mistério da criatividade do homem, mas não podemos esquecer que nos encontramos numa “superfície incerta e escorregadia”¹⁵, sobre a qual caminhamos cautelosamente e vagorosamente, na tentativa de elucidar estas relações.

Desde o projeto malogrado da Inconfidência Mineira, “os intelectuais brasileiros se meteram na aventura infeliz do sonho da mudança”. “Grande parte de nossa literatura reflete este fato”¹⁶. Eles queriam se somar ao restante do mundo e partilhar das liberdades evocadas pela independência dos EUA e pela Revolução Francesa. Por outro lado a situação de desmando, a grande corrupção e venalidade dos governos coloniais nas capitânicas, gerou a indignação de muitos habitantes como, por exemplo, o alferes Joaquim José da Silva Xavier que falava abertamente em rebelião, como também gerou a indignação dos setores que tiveram suas vantagens e negócios escusos prejudicados. É neste momento que surge a obra “Cartas Chilenas”¹⁷, uma sátira corrosiva dos hábitos do Governador Fanfarrão Minésio nas terras do Chile. No poema, Critilo representa a voz de um morador de Santiago (Vila Rica) indignado

com os desmandos e abusos de poder do governador e seus lacaios. Este poema satírico era um ataque em versos e rimas contra o governador Cunha Meneses. O novo governador se chocou com os interesses do ouvidor Tomás Antonio Gonzaga e demais membros da Junta de Fazenda e arrendou o contrato de entradas para um protegido. O contrabando no Distrito Diamantino já era comum há bastante tempo, contudo o governador contrariando interesses escusos já estabelecidos, protegeu e sustentou o envolvimento de seus favoritos na lucrativa rede de contrabando. As tranquilas e lucrativas relações entre os contrabandistas e a magistratura foram perturbadas pela entrada de um novo grupo de especuladores aliado ao governador. Onde lemos Espanha, Madrid, Salamanca, Chile e Santiago devemos entender respectivamente Portugal, Lisboa, Coimbra, Minas e Vila Rica. Os nomes aparecem com ligeiras modificações. Onde lemos Minésio, deve-se ler Meneses, onde lemos Silverino devemos ler Silvério e vários outros. A poesia do autor anônimo, que segundo Rodrigues Lapa¹⁸ é Tomaz Antonio Gonzaga, não possui um caráter nativista. Ela se mantém nos quadros de manutenção da dominação colonial ao se referir aos desvios do governador perante as leis e normas justas da administração metropolitana. Sua posição é de defensora do status quo das elites coloniais que se encontravam prejudicadas economicamente em seus interesses. O autor num momento de seu poema critica a ascensão de mulatos, negros forros e tendeiros na administração e na milícia durante o governo de Cunha Meneses:

... “Quais os grandes,
Que não vêm a juízo sem licença
Do príncipe a quem servem, nesta terra,
Sem licença do chefe, não se citam
Os negros, os crioulos e os mulatos,
Mal vestem a fardinnha e, muito menos,
Mal cingem, na cintura, honrosa banda”...¹⁹

O governador assumiu uma posição perigosa pois mexeu no equilíbrio de uma sociedade hierarquizada, cujas relações escravistas precisavam ser mantidas com extremo cuidado.

Este texto literário está carregado de documentalidade, ele pode ser tomado como um referencial da situação de Vila Rica e da existência de seus habitantes em meados da década de 80 do século XVIII. As “Cartas Chilenas” assumem, é importante ressaltar, um caráter de documento histórico não por ter relatado acontecimentos que efetivamente aconteceram, como faz a história, mas por ser veículo da expressão poética do desabafo de um contemporâneo destes acontecimentos. A narrativa revela então a reação de alguns setores da sociedade contra o mau governo local. Não podemos esquecer que a colônia brasileira não possuía uma imprensa que permitisse veicular informações, além de sofrer uma

grande censura quanto à entrada de livros estrangeiros que normalmente entravam clandestinamente na colônia. O caráter algo panfletário, algo jornalístico das “Cartas Chilenas” tem razão de ser neste contexto altamente repressivo à divulgação de informações escritas. A literatura deste período se encaixou então dentro de um contexto limitador da expressão cultural. Seu maior desenvolvimento aconteceu a partir da independência, com a formação do Estado Brasileiro, quando a literatura, principalmente a poesia, passou a ser marcada, como definiu Gonçalves de Magalhães²⁰, pelo serviço à pátria. Digamos que a literatura brasileira se configurou plenamente a partir do século XIX, ligada ao cânone da literatura testemunhal. Contudo, não podemos deixar de considerar o processo de desenvolvimento anterior, na medida em que, apesar da proibição da imprensa, a circulação de idéias se fazia por diversas outras maneiras, e a poesia assumia aí um papel de importância.

Para finalizar, a partir da exposição das características do texto literário e suas relações com a história, gostaria de arrolar as principais questões levantadas a título de conclusão:

- A diferenciação do discurso literário e historiográfico no início da idade moderna.
- O espaço da literatura enquanto campo das possibilidades humanas.
- A literatura como o lugar do não acontecimento, e a historiografia como o lugar do acontecimento.
- O texto literário como não documento e paradoxalmente como documento.
- a literatura como “fulgor do real”: a literatura enfim, como realidade.
- as “Cartas Chilenas” enquanto objeto de estudo para a História.

Neste artigo, as questões acima arroladas foram desenvolvidas de forma a permitir a compreensão do papel importante que possui a literatura como espaço de registro da existência do homem e a sua efetiva importância como objeto de estudo não só para a história, como para as ciências humanas de um modo geral.

Bibliografia

- BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, s/d.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)*. 6a. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.
- CRITILO. *Cartas Chilenas*. Desenhos de J. Wasth Rodrigues. São Paulo: Liv. Martins Ed., s/d.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Introdução. In: CRITILO. *Cartas Chilenas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.
- KUNDERA, Milan. *A arte do romance*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1988.
- LAPA, M. Rodrigues. *As “Cartas Chilenas”, um problema histórico e filológico*. Rio de Janeiro: INL, 1958.
- LE GOFF, Jacques (comp.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LE GOFF, Jacques. *La naissance du purgatoire*. Paris: Gallimard, 1981.
- L'Histoire au Dix-Huitième Siècle*. Colloque d'Aix-en-Provence. Aix-en-Provence: EDISUD, 1980.

- LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- LINS, Ronaldo Lima. *Violência e Literatura*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa. A inconfidência Mineira: Brasil e Portugal- 1750-1808*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Notas

- ¹ Prof. Doutor da área de História da América Latina do Dept. de História - UFES.
- ² Podemos constatar o interesse pela Literatura enquanto nova abordagem pelos historiadores através da inclusão da Literatura como objeto da História. Vide, por exemplo, o artigo de Jean Starobinski na coleção "História: novas abordagens" organizado por Jacques Le Goff e Pierre Nora e publicado pela Francisco Alves.
- ³ LE GOFF, Jacques. *La naissance du purgatoire*. Paris: Gallimard, 1981.
- ⁴ Cf. FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980. Neste trabalho, Foucault demonstra como o corpo e por extensão o sujeito estava sendo progressivamente tratado como coisa e como a objetivação era paralelamente complementada pelas práticas de compartimentalização social.
- ⁵ JOHNSON, Neal. La theorie et la pratique de l'historiographie dans la France du XVIIIe. siècle: le cas du "Siècle de Louis XIV" de Voltaire, in: *L'Histoire au XVIIIe. siècle*. Aix-en-Provence: EDISUD, 1980.
- ⁶ KUNDERA, Milan. *A arte do romance*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- ⁷ BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, s/d.
- ⁸ KUNDERA, Milan. *A arte do romance*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- ⁹ KUNDERA, Milan. op. cit., p.38.
- ¹⁰ KUNDERA, Milan. op. cit., p.42.
- ¹¹ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. 6a. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.
- ¹² CANDIDO, Antonio. op. cit., p.16.
- ¹³ BARTHES, Roland. op. cit., p.18.
- ¹⁴ LINS, Ronaldo Lima. Ordem Política e dissimulação ficcional. In: *Violência e Literatura*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, p. 218. Este artigo foi de importância fundamental para a elaboração destas considerações sobre ordem política e literatura.
- ¹⁵ Ibid., p.218.
- ¹⁶ Ibid., p.221.
- ¹⁷ CRITILO. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Livraria Martins ed., s/d.
- ¹⁸ LAPA, M. Rodrigues. *As "Cartas Chilenas", um problema histórico e filológico*. Rio de Janeiro: I.N.L., 1958.
- ¹⁹ CRITILO. op. cit., p.130.
- ²⁰ Discurso sobre a história da literatura no Brasil-1836.